



PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUARAMIRANGA

GABINETE DA PREFEITA



APROVADO EM 25/01/24
João Carlos Teixeira
PRESIDENTE

MENSAGEM Nº. 002/2024

Excelentíssimo Senhor
JOÃO CARLOS TEIXEIRA BARROZO
Presidente da Câmara Municipal de Guaramiranga

Ranyane Cristina Alves
Ranyane Cristina Ferreira Alves
1ª SECRETARIA

EMENTA: "INSTITUI O PROGRAMA DE PARCELAMENTO ESPECIAL DE DÉBITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Temos a honra de submeter para apreciação e deliberação dessa Egrégia Casa de Leis, Mensagem e Projeto de Lei que institui o **PROGRAMA DE PARCELAMENTO ESPECIAL DE DÉBITOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRANGA NO ANO 2024.**

A medida tem por finalidade propiciar condições e incentivar os contribuintes dos diversos tributos de competência municipal a regularizarem seus débitos junto à Fazenda Municipal, bem como viabilizar o aumento da receita tributária do Município.

Impende gizar que o benefício fiscal ora proposto não gera renúncia de receitas, visto que atende ao princípio da impessoalidade, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tendo-se em conta que esta não contabilizou os créditos oriundos dessas dívidas na elaboração do conjunto de propostas de leis orçamentárias e da Lei do Plano Plurianual.

Reitere-se, este instrumento normativo visa o recebimento de créditos tributários que incrementarão a receita do Município de Guaramiranga e que, em algumas situações, só serão adimplidos com a concessão dos benefícios dele resultantes.

Com a presente proposta pretende-se, ainda, atender as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e, paralelamente, conceder aos contribuintes que possuem débitos em atraso com a Fazenda Municipal, a possibilidade de regularizar sua situação, como já asseverado, através de regime especial de parcelamento, com redução de multa e juros incidentes sobre os valores lançados.

Em razão do que se explanou, buscando gerir com austeridade os recursos confiados ao Poder Público e dando atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminha-se a presente proposição legislativa, na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na sua aprovação, pelo que aproveito o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração, subscrevendo-a

Atenciosamente,

ROBERLÂNDIA FERREIRA CASTELO BRANCO
Prefeita Municipal de Guaramiranga

Ukaulino
Mara Esmarada S. R. Silva de Lima
CPF: 072.183.613-58
Portaria N° 10/2022
23.01.24

João Carlos Teixeira Barrozo
PRESIDENTE

Rua Joaquim Alves Nogueira, Nº. 409, Guaramiranga - Ceará, CEP: 62.766-000
CNPJ: 07.606.478/0001-09, CGF: 06.920.268-0 | www.guaramiranga.ce.gov.br



Projeto de Lei nº. 002/2024

EMENTA: “INSTITUI O PROGRAMA DE PARCELAMENTO ESPECIAL DE DÉBITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAMIRANGA, ESTADO DO CEARÁ, APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a conceder anistia de juros, multa e correção monetária de dívida ativa do Município consolidada, executada ou não, tributária ou não, com vigência até **01 de dezembro de 2023**, através de concessão de parcelamento de débitos para com a Fazenda Pública Municipal, sob a forma de Programa de Parcelamento Especial de Débitos, em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas.

§ 1º. O débito objeto de parcelamento será realizado no mês da consolidação e será dividido pelo número de prestações, de modo que o montante de cada parcela mensal não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 2º. A opção de parcelamento de que trata esta lei exclui a concessão de qualquer outro benefício de natureza fiscal, extinguindo-se assim o parcelamento anterior, admitindo a transferência de seu saldo para a modalidade tratada nesta lei.

§ 3º. A concessão de anistia de multas, juros de mora e de correção monetária da dívida ativa do Município ocorrerá nas seguintes situações:

I - Pagamento da dívida ativa do Município consolidada, executada ou não, tributária ou não, efetuado o pagamento à vista, o desconto de 100% (cem por cento) de multa moratória, juros de mora e demais encargos legais;

II - Pagamento da dívida ativa do Município consolidada, executada ou não, tributária ou não, efetuado em 2 (duas) parcelas, o desconto de 90% (noventa por cento) do valor de multa moratória, juros de mora e demais encargos legais;

III - Pagamento da dívida ativa do Município consolidada, executada ou não, tributária ou não, efetuado em 3 (três) parcelas, o desconto de 80% (oitenta por cento) do valor de multa moratória, juros de mora e demais encargos legais;

IV - Pagamento da dívida ativa do Município consolidada, executada ou não, tributária ou não, efetuado em 04 (quatro) parcelas, o desconto de 70% (setenta por cento) do valor de multa moratória, juros de mora e demais encargos legais;

V - Pagamento da dívida ativa do Município consolidada, executada ou não, tributária ou não, efetuado em 05 (cinco) parcelas, o desconto de 60% (sessenta por cento) do valor de multa moratória, juros de mora e demais encargos legais;

VI - Pagamento da dívida ativa do Município consolidada, executada ou não, tributária ou não, efetuado em 06 (seis) parcelas, o desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor de multa moratória, juros de mora e demais encargos legais;

RRMS



GABINETE DA PREFEITA

VII - Pagamento da dívida ativa do Município consolidada, executada ou não, tributária ou não, efetuado em 07 (sete) parcelas, o desconto de 40% (quarenta por cento) do valor de multa moratória, juros de mora e demais encargos legais;

VIII - Pagamento da dívida ativa do Município consolidada, executada ou não, tributária ou não, efetuado em 08 (oito) parcelas, o desconto de 30% (trinta por cento) do valor de multa moratória, juros de mora e demais encargos legais;

IX - Pagamento da dívida ativa do Município consolidada, executada ou não, tributária ou não, efetuado em 09 (nove) parcelas, o desconto de 20% (vinte por cento) do valor de multa moratória, juros de mora e demais encargos legais;

X - Pagamento da dívida ativa do Município consolidada, executada ou não, tributária ou não, efetuado em 10 (dez) parcelas, o desconto de 10% (dez por cento) do valor de multa moratória, juros de mora e demais encargos legais;

§4º. No que tange à aplicação de multa autônoma, decorrente do descumprimento de obrigações acessórias oriundas de dívida tributária, o contribuinte fará jus ao desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor atualizado da mesma, incluindo aí o seu valor nominal, a atualização monetária, a multa moratória, os juros de mora e os demais encargos legais, quando optar por quaisquer das formas de pagamento previstas neste artigo, quer seja por meio do pagamento previsto no § 3º deste artigo.

§5º. Sobre o valor para o pagamento previsto neste artigo incidirão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao da consolidação do débito até o último dia útil do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês do efetivo pagamento.

§6º. Não haverá limite mínimo ou máximo de valor do débito para adesão ao presente Programa de Parcelamento Especial, respeitada, em qualquer circunstância, a limitação prevista no §1º do art. 1º da presente Lei.

§7º. As prestações serão exigíveis no último dia útil de cada mês, a partir do mês subsequente ao da formalização do pedido de parcelamento.

§8º. Não haverá carência para o pagamento previsto neste artigo.

Art. 2º. Para fruição dos benefícios de que trata este programa o contribuinte interessado deverá:

I - preencher, apondo assinatura no requerimento de adesão ao programa (anexo único desta Lei), e apresentá-lo, até o dia **01 de dezembro 2024**, na Secretaria de Finanças do Município, conforme o caso;

II - recolher o valor do débito se o pagamento for a vista, ou da primeira parcela nas formas previstas nos incisos no § 3 do art.1 em até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do despacho concessivo ao devedor de dívida tributária ou não tributária, interessado dos benefícios previstos nesta Lei, exarado pelo servidor responsável pelo órgão de que trata o inciso anterior, conforme o caso e que deverá indicar o valor do débito consolidado já com a aplicação das benesses legais previstas nesta Lei;

TRUBS



GABINETE DA PREFEITA

III - não dispor de quaisquer outros débitos vencidos de natureza tributária municipal, quer na condição de contribuinte ou responsável, cuja exigibilidade não esteja suspensa nos termos do artigo 151, da Lei Federal nº 5.172/66 – Código Tributário Nacional; e,

IV - expressamente, confessar de forma irretroatável e irrevogável, os débitos objeto do pedido manifestando, inclusive, de igual forma, sua renúncia ao direito de interpor qualquer medida, ainda que extrajudicial, que vise obstaculizar sua cobrança e renunciar a quaisquer defesas e/ou recursos administrativos e/ou judiciais, ainda que suspensos, pendentes de análise e/ou julgamento sobre os mesmos que versem sobre os débitos objeto do pedido de pagamento ou parcelamento previsto nesta lei, bem como confessar, ainda, de forma irrevogável e irretroatável todos os débitos ainda não constituídos, mas que desejem ser incluídos nos benefícios concedidos por esta Lei.

§1º. A renúncia de que trata o inciso IV deste artigo quando se tratar de processos judiciais deverá ser comprovado através da prova do protocolo perante a respectiva Vara Judicial do pedido de desistência da respectiva ação judicial cumulado com a respectiva renúncia sobre o direito em que se fundar a dita ação judicial e o requerimento de sua homologação judicial com fulcro no inciso III, “a” do art. 487 do Código de Processo Civil.

§2º. Para fins de interpretação desta lei e de sua aplicação, considerar-se-á como consolidado o débito de dívida tributária ou não tributária, objeto da adesão ao Programa de Parcelamento Especial previsto nesta Lei com a aplicação dos benefícios nela previstos na data em que for exarado o despacho concessivo mencionado no inciso II deste artigo, inclusive para fins de aplicação do contido no §3º do art. 1º desta Lei.

§3º. A comunicação ao interessado sobre o deferimento ou indeferimento de seu pedido à adesão ao Programa de Parcelamento Especial de Débitos previsto nesta Lei, será obtida na própria Secretaria de Finanças e o início da contagem do prazo para cumprimento do previsto no inciso II deste artigo será a partir do deferimento do pedido.

Art. 3º. Os benefícios de que trata esta Lei alcançarão os débitos inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, parcelados ou não, ainda que tais parcelamentos tenham sido rescindidos, relativos a débitos com vencimento até **31 de dezembro de 2023**, inclusive.

§1º. A concessão e manutenção dos benefícios previstos no § 3º do art. 1º objeto desta Lei está condicionada ao adimplemento das obrigações tributárias ou não tributárias, municipais vencidas após a data referida no caput deste artigo e até que se dê a extinção das obrigações assumidas em decorrência da adesão ao Parcelamento previsto nesta Lei.

§2º. Tratando-se de créditos tributários ou não tributários já parcelados, o benefício de que trata esta Lei aplicar-se-á às parcelas vencidas e não pagas, assim como às vincendas a partir da data da respectiva solicitação, sendo vedada a cumulatividade dos benefícios já contemplados por outro(s) programa(s) municipal(is) semelhante(s), observando-se o seguinte procedimento:

I – Levantar-se-á o montante de todos os débitos lançados contra o requerente, atualizados monetariamente, aplicando-se em seguida o respectivo desconto de que trata o artigo 1º § 3º desta lei conforme seja a forma optada para pagamento.

Ruiz



GABINETE DA PREFEITA

II - Apurar-se-á o montante das parcelas pagas decorrentes de parcelamentos beneficiados ou não com Parcelamentos anteriores, a título de crédito em favor do requerente, atualizando-se cada parcela do exercício em que foi efetivamente liquidada.

III - O crédito tributário ou não tributário a ser recolhido resultará da subtração dos valores apurados nos incisos anteriores.

Art. 4º - O Parcelamento de que trata esta Lei previsto §3º do art. 1º desta Lei, será rescindido e ocasionará a exclusão do beneficiário do Parcelamento de débitos, nas seguintes hipóteses:

I - não atendimento ao previsto no inciso II do art. 2º desta lei;

II - inadimplimento de 2 (duas) ou mais parcelas consecutivas ou 3(três) meses alternados, o que primeiro ocorrer;

III - inadimplimento de quaisquer das obrigações tributárias ou não tributárias municipais, inclusive as correntes, observando-se quanto ao prazo ao disposto no §1º do art. 3º desta Lei;

IV - a lavratura de Auto de Infração tributária ou não tributária, definitivamente julgado pela esfera administrativa, durante o período em que perdurar as obrigações assumidas decorrentes da adesão do Parcelamento instituído por esta Lei, quer seja decorrente do descumprimento de obrigação tributária ou não tributária principal ou acessória, incluída ou não nos benefícios desta Lei.

§1º. A rescisão do Parcelamento e/ou a exclusão do devedor do referido programa fiscal acarretará o ajuizamento da ação executiva, ou se está já estiver proposta, seu prosseguimento nos próprios autos, bem como tornará sem efeito o respectivo acordo, extinguindo assim o benefício, voltando a incidir sobre o valor principal do débito todos os encargos pela mora, bem como a respectiva atualização monetária integral.

§2º. O atraso do pagamento previsto no §3º do art. 1º desta Lei implicará na aplicação de multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor inadimplido bem como será acrescido de juros moratórios calculados pro rata die na proporção de 1% (um por cento) ao mês até que se dê o efetivo pagamento inadimplido.

Art. 5º. A fruição dos benefícios contemplados por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância pagas a qualquer título, bem como não contemplarão eventuais custas judiciais oriundas dos processos executivos já ajuizados, permanecendo tais encargos ao exclusivo ônus do respectivo devedor.

Art. 6º. Os benefícios desta Lei não se aplicarão aos créditos tributários lançados de ofício, decorrentes de infrações comprovadamente praticadas com dolo, fraude ou simulação, bem como aqueles decorrentes de responsabilidade tributária.

Art. 7º. O Secretário de Finanças baixará os atos regulamentares que se fizerem necessários à perfeita implantação deste diploma legal.

Art. 8º. A exclusão do contribuinte do Programa de Parcelamento Especial de Débitos que trata essa lei, independerá de notificação prévia e implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito ainda não pago, estabelecendo-se em relação ao saldo devedor, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência do respectivo fato gerador.

Três



PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUARAMIRANGA



GABINETE DA PREFEITA

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guaramiranga, em 12 de janeiro de 2024.

ROBERLÂNDIA FERREIRA CASTELO BRANCO
PREFEITA MUNICIPAL DE GUARAMIRANGA



ANEXO ÚNICO

À COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO
NÚCLEO DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS

REQUERIMENTO DE ADESÃO AO REFIS/2024 Nº _____

NOME/RAZÃO SOCIAL:
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO:
CPF/CNPJ:
ENDEREÇO P/CORRESPONDÊNCIA:
FONE:
E-MAIL:
REPRESENTANTE LEGAL:

O contribuinte acima qualificado requer sua adesão ao Programa de Parcelamento Especial de Débitos, reconhecendo na oportunidade, para efeitos do art. 174, IV, da Lei Federal nº 5.172/66 (CTN), a certeza e liquidez dos débitos constantes na planilha descritiva em anexo, a qual constitui parte integrante deste documento, no intuito de que sejam concedidos os benefícios de que trata a Lei Municipal nº __, de __ de _____ de 2024, na seguinte forma:

<input type="checkbox"/> Á VISTA	-	<input type="checkbox"/> 02 PARCELAS	-	<input type="checkbox"/> 03 PARCELAS	-	<input type="checkbox"/> 04 PARCELAS
<input type="checkbox"/> 05 PARCELAS	-	<input type="checkbox"/> 06 PARCELAS	-	<input type="checkbox"/> 07 PARCELAS	-	<input type="checkbox"/> 08 PARCELAS
<input type="checkbox"/> 09 PARCELAS	-	<input type="checkbox"/> 10 PARCELAS				

Ciente estou de que renuncio nesta oportunidade ao direito de interpor qualquer medida, ainda que extrajudicial que vise obstar a cobrança dos referidos débitos, bem como de que o não pagamento de tais valores, dentro de 02 (dois) dias úteis a contar do despacho abaixo, ensejará a imediata revogação dos benefícios, implicando assim, in cominação dos acréscimos legais, sem prejuízo do ajuizamento ou prosseguimento, conforme o caso, da ação executiva fiscal pertinente.

Sabedor estou, ainda, de que a inadimplência, perante essa Fazenda Pública, de quaisquer outros tributos acarretará, igualmente, a perda do benefício, a teor do disposto no §1º, do artigo 4º, da lei municipal retromencionada.

Guaramiranga-CE, ___ de _____ de 2024.

Contribuinte/Responsável/Procurador

DESPACHO
Autorizado em ____ / ____ / 2024.
_____ Autoridade Fazendária (assinatura e carimbo)